

O ensino da História face aos novos objetos e novas abordagens¹

The teaching of History in the face of new objects and new approaches

Recebido em 06/01/19
Aceito em 20/04/19

Antonio Carlos Figueiredo Costa²

Resumo:

O artigo procura oferecer algumas achegas surgidas nos canteiros de Clio, no intuito que possam vir a estimular a atualização das práticas docentes na História escolar. Um movimento vigoroso de renovação historiográfica encontra-se em curso nos meios acadêmicos, desde as últimas décadas do século XX. O objetivo principal é demonstrar a potencialidade heurística, bem como a exequibilidade dos novos paradigmas que julgamos aplicáveis para a História do Brasil, ressaltando que de seus instrumentais teóricos poderá advir uma prática docente mais enriquecedora em termos formativos, significativa quanto à relevância social e portanto, mais adequada à formação de cidadãos ativos.

Palavras-chave: Ensino de História. Historiografia. História Escolar.

Abstract:

The article seeks to offer some insights that have emerged in the Clio beds in order to stimulate the updating of teaching practices in school history. A vigorous movement of historiographic renewal has been underway in academic circles since the last decades of the twentieth century. The main objective is to demonstrate the heuristic potentiality, as well as the feasibility of the new paradigms that we consider applicable for the History of Brazil, emphasizing that of its theoretical instruments it can come a teaching practice more enriching in formative terms, significant as to the social relevance and therefore, more suitable for the training of active citizens.

Keywords: History teaching. Historiography. School History.

¹ o presente trabalho foi realizado no âmbito das investigações levadas a efeito no Projeto de Ensino de História: novos temas, novas abordagens, novas linguagens, *pari passu* ao desenvolvimento da Disciplina Optativa Tópicos Especiais em História do Brasil: novos temas, novas abordagens, oferecida ao longo do ano letivo de 2018 nos cursos de licenciatura da UEMG, Ibirité (Minas Gerais).

² Licenciado, Bacharel, Mestre e Doutor em História (UFMG). Professor de Ensino Superior/História, do quadro de efetivos da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), lecionando na Unidade Ibirité. Líder do Grupo de Pesquisas José Carlos Mariátegui.

Introdução

A escrita da História responde aos reclamos do presente. Os historiadores costumam deixar marcas em seus relatórios de pesquisa que denunciam uma relação intrínseca e ineludível dos eventos contemporâneos ao passado que interrogam. Por sua vez, cabe perceber que as agendas de pesquisa às quais os cultores de Clio, por força de ofício, costumam estar vinculados, também mantêm diálogos indissociáveis ao momento presente. De tudo isso, podemos acrescer que cada presente estabelece com determinado passado uma relação que é única, singular e irrepetível, momento no qual são lançadas pontes epistemológicas em direção aos tempos pretéritos, nos termos das demandas articuladas ao presente vivido. Assim, já se tornou um ponto comum dizer que a História é filha do seu próprio tempo, encontrando-se de certa forma, datada – em sentido *lato* – de maneira genética ao contexto histórico que a viu nascer.

Porém, quando as explicações acerca de um evento histórico não mais se apresentam como satisfatórias, a história passa a ser reescrita, momento no qual suas fontes são submetidas a novos parâmetros de análise agora oferecidos, ocasião em que pode ser acrescida uma nova fonte documental, ou mesmo incorporar a exploração de antigos testemunhos do passado à luz de novos instrumentais teóricos, pois sendo a História uma ciência em constante construção, preza por apropriar-se do avanço dinâmico dos campos de conhecimento que lhe surgem afins.

As últimas décadas do século XX ofereceram momentos privilegiados aos aspectos que viemos até aqui pontuando. Assim, foi possibilitado aos historiadores o acesso, praticamente em tempo real, a pesquisas que vinham se desenvolvendo em diversas regiões do planeta, pelas facilidades advindas da rede mundial de computadores. Da mesma forma, a globalização, percebida com maior velocidade a partir da Queda do Muro de Berlin, possibilitou tanto um maior intercâmbio entre pesquisadores, pelo livre trânsito, quanto o devassamento – para o bem e para o mal – das economias nacionais, bem como a renovação de interrogações acerca das possibilidades do Socialismo real, face à hecatombe ocorrida nas sociedades planificadas, e frente ao discurso retumbante de apregoadas vantagens dos fautores do neoliberalismo .

Até chegaram a falar em um “fim da História” – o que eliminaria as chances de sonhar com ‘um outro mundo possível’, mas também prenunciaram a *débâcle* dos Estados Nacionais e da própria ideia de nação. Não obstante a tudo isso, o fenômeno da globalização fez reviver o interesse por uma época que remonta ao início da Idade Moderna, ponto de partida de toda a mundialização da economia, e da formação dos Estados Nacionais Absolutistas Renascentistas, época na qual começaram a se formar os impérios ultramarinos.

Todo esse movimento de interrogação do passado tornou possível criticar certa visão romântica e nacionalista, que sempre enxergara o período colonial brasileiro como uma espécie de proto-nacionalidade. Dessa forma ficou mais aceitável o alinhamento dos desvãos que haviam entre as explicações correntes acerca da montagem do aparato colonial de exploração, com as relações de poder estabelecidas entre pontos tão distantes de um mesmo império marítimo. Havia de ser dado um maior enfoque às comunicações entre as diversas partes desse imenso império, contatos indiscutivelmente precários a nós, espectadores distantes, levando-se em conta as condições oferecidas pelas condições tecnológicas oferecidas pelos séculos XVI ao XVIII.

Por outro lado, ocorreu um novo despertar sobre a história das populações não-europeias do império marítimo português, tais como africanos, asiáticos e sul-americanos. Esses viventes, formando parcela dos súditos ultramarinos de *El rei*,

passaram a ocupar um espaço de maior privilégio junto aos *cogitos* de pesquisadores de universidades europeias – com destaque para as portuguesas – mas também inglesas e norte-americanas, interesse que veio a encontrar o necessário respaldo nos contributos da ‘nova História’ – uma história ‘em migalhas’, produzida sob os acordes teórico-metodológicos da 3^a geração de *annalistes* – mas também dos recursos proporcionados pela história dos conceitos, de matriz alemã, e pelo *Linguistic Turn*, de influência predominantemente anglo-saxã.

Os efeitos de tudo isso para o entendimento da história colonial brasileira proporcionaram uma maior aproximação, não somente entre historiadores portugueses e brasileiros, mas também entre esses e seus colegas africanos e asiáticos. Desse diálogo espera-se que os frutos alcancem não apenas os debates universitários e suas produções acadêmicas de pós-graduação, mas também o ambiente escolar.

1.Da “Colônia” ao “Império Ultramarino”, uma longa trajetória

Durante a fase monárquica e parte majoritária da experiência republicana, a produção historiográfica brasileira esteve consorciada à consolidação do Estado Nacional, bem como a impregnação de certos valores que eram apontados como remontando à época colonial, no encontro das três principais matrizes étnicas formadoras da nacionalidade. Esse esforço era parte do compromisso com certa pedagogia do cidadão, tornada a escola pública o ambiente privilegiado para a valorização de certos vultos históricos, postos em um panteão sob a aura de heróis da pátria. Essas personagens, via-de-regra, passaram a integrar uma galeria de ‘varões de Plutarco’, sendo na maioria composta por homens brancos e cristãos, além de integrantes da classe dominante da Colônia ou do Reino.

Nosso primeiro grande historiador do período monárquico, Francisco Adolfo de Varnhagen – tornado Visconde de Porto Seguro pelo Imperador D. Pedro II, com o qual mantinha fraterna amizade – realizara em sua monumental História Geral do Brasil um contumaz elogio da colonização portuguesa nos trópicos. Conforme observou Arno Wheling (1999), Varnhagen chegou a traçar um perfil de virtudes de alguns atores históricos coloniais que considerava mais relevantes, emitindo juízos sobre essas personagens. Assim avaliou brasileiros e portugueses, mas também estrangeiros, posicionando-se de maneira positiva ou negativando sua atuação, em razão dos benefícios mais ou menos favoráveis à consecução da obra colonizadora.

Apesar de ter sido relegado a um certo ostracismo no ambiente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), agremiação da qual era sócio – ação possivelmente originada da sua oposição ao indianismo³, então em voga naquele sodalício, e de ser apartado das deliberações decisórias, face à distância do Rio de Janeiro, pois Varnhagen era um diplomata servindo em legações distantes. Mas sua perspectiva histórica alcançou o grande público escolar, por intermédio das Lições de História do Brasil, obra alinhada por Joaquim Manuel de Macedo, e que desde 1861, e através de parte do período republicano (a última edição que temos conhecimento foi estampada

³ Cabe ressaltar a força do indianismo, pelo menos durante boa parte do regime monárquico, a fornecer a possibilidade dos brasileiros se pensarem como brasileiros, e não mais como portugueses. Daí o mito heróico surgido da lavra de José de Alencar. Contudo, o encontro ocorrido nos sertões do Brasil entre uma moça branca e cristã (Cecília/Ceci), representante da civilização, e um rapaz indígena (Peri), que apesar de revelar pureza, não é cristão, não possuindo devoção alguma que não seja por Ceci, não oferecer futuro, pois Peri não podia ser aceito inteiramente no mundo dos brancos. O que revelava nas linhas de *O Guarani*, os limites do indianismo, segundo Bernardo Ricupero (2004, p. 168-169).

em 1922) ajudaram a plasmar, mediante hábil transposição didática, os quadros de ferro sistematizados pelo Visconde de Porto Seguro para a História do Brasil.

Cabe ainda acrescer que, em pleno período republicano, Varnhagen seria reabilitado no ambiente do IHGB, mediante o resgate de sua obra sobre a Independência do Brasil, o que veio a ocorrer somente às vésperas da comemoração do seu primeiro centenário (Guimarães, 2006, 133-134). O interesse por sua obra vinha sendo recuperado por homens como Oliveira Lima e João Capistrano de Abreu, desde os anos finais do dezenove. A História Geral do Brasil serviu ainda como uma espécie de definidora da programação das teses levadas a efeito durante o I Congresso de História Nacional, promovido no ano de 1914 pelo IHGB.

A historiografia republicana abriu certo espaço – ainda que de forma modesta – para outras personagens externas às elites, como indígenas, mulheres, negros ou homens livres pobres, desde que em sua atuação na ribalta histórica tivessem somado esforços à consecução do projeto da classe dominante, como leais vassalos, que guardaram fidelidade às ordens emanadas de Lisboa, ou no período pós-independência, do Rio de Janeiro. Foi sob essa condição que os índios Ararigbóia e Felipe Camarão, o negro Henrique Dias, ou ainda, mulheres como Maria Quitéria e sóror Joana Angélica ganharam as páginas dos manuais escolares de História. Um trabalhador incansável da valorização do homem comum na historiografia brasileira foi o historiador cearense João Capistrano de Abreu (1853-1927). Mestre Capistrano, como era conhecido no círculo dos seus pares, trouxera para o centro das discussões o colono, o negro, o índigena, o sertanista.

Porém Capistrano mantinha reservas quanto ao movimento conhecido por Inconfidência Mineira, em momento no qual a República já havia elevado o Alferes Tiradentes à condição de herói nacional. Cabe esclarecer que Varnhagen não fora nem um pouco condescendente com os conspiradores mineiros de 1789. Para ele, falar de independência sem a participação de um príncipe da própria casa real seria conluio, digno da força ou do fuzilamento para aqueles que ousassem tal intento. Já na penúltima década da fase imperial, Joaquim Norberto de Sousa Silva manteria posicionamento bastante semelhante àquele formulado por Porto Seguro, ao impregnar a figura do Alferes Tiradentes com uma aura místico-religiosa que o aproximava da patologia. Militar de baixa patente, Tiradentes era preferido na trama tecida por Joaquim Norberto, o qual deixava o papel da liderança do movimento revolucionário para um representante da elite, tal como o poeta e ouvidor de Vila Rica, Tomás Antonio Gonzaga.

Cabe notar que se tratava de uma historiografia romântica e nacionalista que decalcara uma marca de continuidade entre o reino português, tornado pátria mãe e seu rebento americano, representante dos cânones civilizadores europeus nos trópicos americanos, por intermédio da Casa de Bragança, ocupante do trono brasileiro. Os historiadores da República, preocupados em afastar-se da incômoda descendência que fazia da nação liberta no Ipiranga, uma cópia desbotada das glórias do Ourique, trataram de realçar as peculiaridades da formação americana, passando a considerar as similaridades com as outras repúblicas sul-americanas – outrora consideradas modelos de barbárie e território do caudilhismo – onde procuraram realçar eventos como a Inconfidência Mineira ou a Confederação do Equador, que apontavam para o sonho de constituição de uma república inscrita sob fundas raízes históricas.

A História produzida fora dos quadros do IHGB, tanto a anterior aos anos de 1930, quanto nas interpretações posteriores a essa década, continuaram trilhando – malgrado a grande qualidade de algumas composições narrativas dos tempos pretéritos – os aspectos centralizadores da administração portuguesa mantidos sob sua colônia americana. Se na obra de Varnhagen esta prerrogativa do Estado

português era apresentada como sinal de positividade e ordenação no caminho da civilização e do progresso, para historiadores do porte de Raymundo Faoro, Caio Prado Júnior ou Sérgio Buarque de Holanda, tais práticas reiteravam somente uma obsessiva oposição entre metrópole e colônia.

Havia certa necessidade de entender que o ‘Brasil Colônia’ seria já uma proto-nação, e que em cada gesto dos colonos em desafio às ordens da coroa portuguesa estaria impresso um manifesto de nativismo⁴ que, desde os primórdios da aventura colonizadora, fosse nas andanças dos bandeirantes, ou mesmo sob as patas do gado, haviam ganhado fôlego, trabalhando para a ampliação do território, em oposição a tudo que não fosse ‘genuinamente brasileiro’.

Tal postura contribuiu para afastar a historiografia brasileira de certos avanços que vinham ocorrendo desde a segunda metade do século XX, pelos esforços de historiadores como Charles Ralph Boxer, Vitorino Magalhães Godinho, A.J.R. Russell-Wood e Antonio Manuel Hespanha, entre alguns outros, representantes luminares desse novo paradigma .

Não obstante, desde o início dos anos de 1950 já se fazia sentir nos meios acadêmicos brasileiros a influência dos *annalistes* franceses. Lucien Febvre, um dos fundadores do movimento, e o ainda jovem e relativamente desconhecido, Fernand Braudel, estiveram presentes em São Paulo, para participar de evento promovido pela USP. Os *Annales* descortinaram novas possibilidades do fazer histórico, ampliando a noção de documento, e proporcionando com isso que viessem a surgir novos temas e áreas de pesquisa, o que certamente veio a contribuir com o estreitamento dos laços entre historiadores brasileiros e portugueses. Com efeito, conforme assinalado por Sílvia Hunold Lara:

“Em Portugal, no início dos anos 1980, a análise do Antigo Regime português passou por grandes transformações. A idéia da existência de um poder ‘centralizado’ e ‘absoluto’ foi sendo substituída por uma abordagem que enfatizava as redes de poder existentes na Monarquia portuguesa do Antigo Regime. Vários estudos sobre as casas aristocráticas, os funcionários régios, as fortunas e os direitos que atravessavam a sociedade política portuguesa nos séculos XVII e XVIII aprofundaram a perspectiva aberta inicialmente por Antonio Manuel Hespanha, abrindo novos campos à investigação.” (2005, p. 31).

2. Historiografias conectadas e os novos conceitos: expectativas na história escolar

Conforme observou Maria Fernanda Baptista Bicalho, o término da Guerra Fria, com a implosão, bem como a explosão de nacionalidades e emergência de outras identidades proporcionou um rearranjo do conceito que até pouco tempo tínhamos da Europa. Os estudos históricos vêm sendo beneficiados nas últimas décadas com as

⁴ O nativismo exprime uma ideia que imbrica o período colonial ao surgimento da nação, no que tenta buscar no passado, o presente da nação, ou seja, combina-se com uma noção de história tratada como biografia da nação. Nessa visão, a colônia é tratada como possuidora de uma espécie de sociabilidade própria e totalmente apartada da metrópole, o que se faz sob uma noção de centro e periferia. Assim, o nativismo apareceu na lavra de alguns autores como um protonacionalismo, ou ainda, um precursor do nacionalismo. A expressão ‘nativismo’ ou ‘sentimento nativista’ apareceu na historiografia brasileira de cunho romântico e nacionalista em contextos diversos e sob objetos variados: luta contra estrangeiros; movimento precursor de emancipação política; lusofobia; movimentos que enfeixavam reivindicações populares; e, sentimentos autonomistas. Sobre o tema, consultar o livro de Rogério Forastieri da Silva, ‘Colônia e Nativismo: a história como ‘biografia da nação’.

novas abordagens e métodos derivados de todas essas rupturas, graças as quais foram inspirados novos conceitos e ressignificadas antigas noções (2007, p.70-71).

Essa nova forma de entender o Império construído por portugueses, africanos, ameríndios e asiáticos sugere doravante a substituição nas análises das noções de “Sistema Colonial”, “Colônia de Povoamento” e “Colônia de Exploração”, bem como da idéia de “exclusivo metropolitano”, espécies de presenças cativas nas obras de historiadores de Caio Prado Júnior a Fernando Antonio Novais. Nos anos iniciais da década de 1940, Caio Prado Júnior trouxe *a lume* uma obra que se tornaria referência obrigatória nos estudos voltados ao entendimento da colonização brasileira.

Sob acordes teóricos do materialismo histórico, do qual Caio Prado foi um dos introdutores nos meios acadêmicos brasileiros, *Formação do Brasil Contemporâneo* (Prado Júnior, 1970) oferecia ao leitor um amplo e bem fundamentado panorama da forma pela qual ocorreu a montagem do aparato colonial de exploração mercantil nas terras ocupadas pela coroa portuguesa nos trópicos americanos. Assim, o sentido da exploração colonial em terras tropicais era explicada desde as primeiras páginas do livro, no capítulo intitulado ‘o sentido da colonização’. Nesse momento ficava estampada uma interpretação que conheceu vida longa nos meios acadêmicos brasileiros. O ponto de partida se utilizava do determinismo geográfico – o clima tropical – que deveria gerar uma colônia diversa daquelas surgidas ao norte, sob tutela dos ingleses, de clima temperado.

O destino marítimo ao qual Portugal se entregara havia alguns séculos, e que contribuíra, face à expansão pelos oceanos, para que conseguisse suas conquistas e feitorias, exigia, em virtude da colonização moderna, ser suportada por uma população que, no Reino, apresentava-se rarefeita. A vasta empresa agrícola monocultora se impunha na América, em razão da necessidade produtiva em grande escala de produtos tropicais a serem oferecidos na Europa, o que veio a combinar-se com a imensa extensão de terras agricultáveis então disponíveis, para dar forma à *plantation*. O conjunto das condições era completado pela disponibilidade de adoção de mão-de-obra escrava, adquirida na costa da África.

Assim, ficava habilmente constituído o tripé explicativo que congregava o latifúndio, a monocultura e a escravidão para plasmar a ideia da colonização portuguesa nos trópicos americanos, com a vantagem que esse esquema apresentava-se válido para os séculos XVI, XVII e XVIII, ou seja, até que a colônia alcançasse sua independência política, desde que outros produtos como tabaco, algodão, ouro e diamantes, além do café, marcassem presença ao longo dos séculos na pauta da produção. Essa forma de entendimento da colonização portuguesa na América reforçava a noção de ter sido o Brasil uma ‘colônia de exploração’, forma de ocupação do território diversa daquela ocorrida ao norte, sob administração inglesa, onde as colônias eram classificadas como sendo de ‘povoamento’. Ao finalizar o famoso capítulo inicial, Caio Prado assim escrevia: “O ‘sentido’ da evolução brasileira que é que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização” (1970, p. 32).

Obra constituinte de um marco fundador da historiografia brasileira de viés marxista, *Formação do Brasil Contemporâneo* parece ser completada pela tese formulada por Fernando Antonio Novais na primeira metade da década dos anos de 1970 (1973). Levada à prensa em 1979 com o título ‘Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), o texto alinhado por Fernando Novais também utilizava dos conceitos do materialismo histórico para construir uma visão integradora entre Portugal e Brasil nos quadros do mercantilismo.

A ideia de dependência da colônia em relação à metrópole permanecia. Ao descrever as atividades econômicas levadas a efeito na colônia, com ênfase nas relações de produção aí ocorridas, Novais aproveitava para atrelá-las à acumulação primitiva de

capital que então ocorria nos albores do sistema capitalista. Um conceito privilegiado na lavra do autor é o de ‘antigo sistema colonial’, o qual exprime a dependência da colônia à sua metrópole, por força do chamado ‘pacto colonial’ ou ‘exclusivo comercial metropolitano’.

Se Caio Prado havia identificado a lógica interna à produção colonial, o conceito de pacto colonial por Fernando Novais materializava a subserviência da colônia aos interesses da metrópole, mediante a determinação de quais produtos seriam então produzidos. Se essa era, segundo Novais, a ótica mercantilista então seguida por Portugal, torna-se compreensível, seguimos ainda esse autor, que quando o antigo sistema colonial, melhor seria dizer, a lógica inerente ao colonialismo mercantilista entrasse em crise, seriam superadas a situação estrutural mantida historicamente entre a metrópole e sua colônia, e assim, ultrapassadas as condições materiais que agrilhoavam a colônia à sua metrópole. Foram formuladas muitas críticas a esses autores, porém é indubitável a qualidade dessa produção historiográfica.

Até existe, ‘à boca pequena’, uma ‘crítica feita aos críticos’ da obra de Fernando Novais, onde estes são acusados de terem lido somente o segundo capítulo do citado livro, intitulado ‘a crise do antigo sistema colonial’. Na verdade, e até sem eliminar essa hipótese, o mais provável é que tais críticos raivosos tivessem feito uso somente da leitura de ‘O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial’, ensaio alinhado por Fernando Novais, para a obra coletiva organizada por Carlos Guilherme Mota em 1968 (Mota, 1990), texto levado à estampa portanto, alguns anos antes da tese de Novais ter sido submetida à banca examinadora.

Conforme observou Antonio Manuel Hespanha (2001, p.168), há qualidades indiscutíveis no livro seminal de Caio Prado Júnior, autor reputado por esse historiador português como possuidor de grande qualidade sintética – como fica patenteado no caso do capítulo ‘administração’ – merecendo contudo a ressalva quanto à eficácia que procurou inferir quanto ao Conselho Ultramarino, no seu esforço centralizador e de regulamentação.

A produção historiográfica brasileira entre os anos 1940 e 1970 apresenta-se um pouco ‘datada’, ou em termos teoricamente mais precisos, submetida a um ‘regime de historicidade’ e talvez contaminada por outras discussões que se faziam à época. Cabe recordar que um texto como o clássico ‘Evolução do Capitalismo’ de Maurice Dobb, cuja primeira edição é de 1945, desencadeou um debate que foi instaurado nos anos 1950, com Paul Sweezy, e que acabou por envolver historiadores de vários quadrantes, mediados inicialmente por Rodney Hilton. Essa discussão foi retomada nos anos 1970, com Robert Brenner, Eric Hobsbawm, Christhoper Hill, entre outros, no chamado ‘debate Brenner’. A exploração mercantil aparecia imbricada aos acalorados debates sobre a ‘transição do feudalismo para o capitalismo’, onde as experiências colonizadoras dos europeus na América apareciam como um campo de estudos instigante para alguns historiadores.

Mas haviam limitações de análise, tomando-se aspectos econômicos como privilegiados, a análise do processo de colonização apontava para uma dinâmica que fazia elidir as possibilidades de negociação que poderiam, *a priori*, ter sido utilizadas pelos colonos, o que os transformava, não em sujeitos da história, mas em objetos passivos da ação do Coroa portuguesa, tratando de homogeneizar as sobejamente conhecidas diferenças regionais, além de inferir a fase colonial como um tempo hermético, de pura sujeição, passividade e temor. Ora, essas escolhas até conseguiam prover com alguma verossimilhança o discurso nacionalista de um Brasil nação já presente na época colonial, de sentimentos nativistas, de oposição de interesses entre colonos e reinóis. Porém deixava sem explicação o fato desses mesmos colonos serem capazes de lutar contra franceses e holandeses, para restituir ao Rei de Portugal territórios invadidos, ou ainda, de aumentar seus domínios

americanos à custa do império espanhol, em nome e para a glória da Coroa portuguesa.

A historiografia mais recente trabalha em um contexto de '*Antigo Regime*', o que segundo Maria Fernanda Bicalho (2009) consiste na adoção do conceito de Império, visando à compreensão do conjunto de relações que deram vida à dinâmica ultramarina portuguesa nos tempos modernos. Dessa forma, passaram a ser priorizadas as relações entre centro e periferia, poder central e poder local, a noção de redes, etc. De acordo com essa historiadora, ficou consolidada "uma nova chave interpretativa com a qual os historiadores brasileiros passaram a dialogar" (Bicalho, 2009, p. 94). Os historiadores que atuam sob tais perspectivas costumam utilizar um arcabouço teórico explicitado sob a forma de conceitos sofisticados, tais como os de "Império Colonial Português", "*Antigo Regime nos Trópicos*", "Redes Clientelares", "Economia do Dom, ou economia de mercês", "Monarquia Corporativa", "Soberania fragmentada", ou "Monarquias Compósitas", entre outros.

Entendemos que talvez seja útil desenvolvê-los, afastada qualquer pretensão de esgotá-los tanto em termos teóricos, quanto em suas propriedades epistemologicamente operativas. Comecemos por aquele que nos parece, a princípio mais geral, a toda a discussão mobilizada por essa nova historiografia: o conceito de Império Colonial Português. Esse conceito foi se constituindo na medida em que veio a prover com uma melhor "compreensão do conjunto de relações que deram vida à dinâmica ultramarina portuguesa nos tempos modernos (Bicalho, 2009, p.91). Para que o movimento de expansão ultramarina européia, e portuguesa em especial, ganhassem sentido, muito contribuíram os trabalhos de historiadores de diversos países e filiações teóricas. Entre esses, cabem destacar o historiador português Vitorino Magalhães Godinho, que já na década de 1960 apresentava resultados substanciais dos aspectos que propiciaram a expansão portuguesa, em seu alentado '*Os descobrimentos portugueses e a economia mundial*' (Godinho, 1987).

Também fundamental a que se viesse pensar essa dinâmica do império é a incontornável obra do historiador inglês Charles Ralph Boxer, onde cumpre destacar, face aos nossos interesses, os seguintes títulos: '*O império colonial português*' (Boxer, 1977); '*Relações raciais no império colonial português: 1415-1825*' (Boxer, 1967); e, '*A mulher na expansão ultramarina ibérica: 1415-1815 (alguns fatos, ideias e personalidades)*' (Boxer, 1977b).

De suma relevância apresenta-se o conceito de *Antigo Regime nos Trópicos*. A descoberta acerca da existência de um antigo regime nos trópicos foi construída com base em estudos que tinham por objetivo proporcionar um melhor entendimento sobre a história lusa, em recorte temporal que abrange os séculos XVI ao XVIII, e que tem por "pano de fundo a dinâmica imperial portuguesa (Fragoso; Gouvêa, 2010, p. 13). Ainda segundo esses autores, essa dinâmica imperial era constituída através das conexões e interações de diferentes formas sociais, "que iam desde a sociedade aristocrática reinol, passando pela escravidão americana, pelas hierarquias sociais africanas e pelas que configuravam o Estado da Índia" (2010, p.13).

Outro aspecto que os mesmos autores acreditam justificar o emprego do conceito seria a abrangência da idéia de negociação entre o centro/metrópole e periferia/colônia, o que empresta realidade ao sentimento de pertencimento à monarquia, a existência de 'nobrezas da terra' em distantes localidades do império ultramarino, e finalmente, a concepção corporativa da sociedade, face à manutenção e respeito ao universo mental e cultural dos diversos grupos. Isso incluía os processos de organização social, e suas orientações valorativas, como nos casos das populações africanas que "já possuíam suas próprias concepções de mundo, entre as quais uma idéia de escravidão como relação de dependência pessoal e a ênfase no parentesco como chave de organização social." (2010, p. 14).

A referência às redes clientelares também se apresenta como uma novidade. De acordo com Maria Fernanda Bicalho, esse conceito tem sido utilizado na análise de alguns historiadores com vistas a um melhor entendimento:

da dinâmica econômica, política e social dos impérios ultramarinos ou coloniais da época moderna. Estes se constituíam por meio de múltiplas redes de relações – políticas, sociais, culturais – que conectavam os sujeitos históricos para além do território europeu, podendo comportar um ou vários centros econômicos – sendo constituídas pela multiplicidade e diversidade de laços entre diferentes agentes históricos e regiões ultramarinas, o que, no conjunto, constitui um amplo inventário de experiências e singularidades (2007, p. 82-83).

A “economia do Dom”, ou “economia das mercês”, também exemplifica uma renovação dessa historiografia. De acordo com Ângela Barreto Xavier e Antonio Manuel Hespanha (Xavier; Hespanha, 1998), o dom era um ato de natureza gratuita e fazia parte da sociedade de Antigo Regime. Tratava-se de um universo complexo e minucioso, destituído de qualquer espontaneidade. A atividade de dar, compreendida no sentido de graça e liberalidade, integrava uma tríade de obrigações, a saber: dar, receber, restituir, e acabavam por envolver uma cadeia infinita de atos benficiais:

que, constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas. E correspondentemente, as categorias desta ‘economia do dom’, estavam na base de múltiplas práticas informais de poder e na formulação de mecanismos próprios e específicos a este universo político singular, como por exemplo, as redes clientelares (Xavier; Hespanha, 1998, p.340).

Conforme explicam esses autores, a lógica inerente às relações clientelares trazia consigo a obrigatoriedade da concessão de mercês aos amigos diletos, e davam corpo às estruturas sociais, sendo parte dos eventos cotidianos. Seria impensável à época, ver a concessão de tenças, honras e mercês como uma anormalidade ou fruto de corrupção. No Antigo Regime elas faziam parte da norma, parcela do caráter microfísico e omnipresente das relações de natureza política, e acabam por revelar níveis pouco visíveis das razões da política.

Outro conceito importante é o de monarquia corporativa, o qual foi cunhado em virtude dos poderes enfeixados pelas câmaras, bem como pelas instituições senhoriais e eclesiásticas. De acordo com Antonio Manuel Hespanha, o conceito encontra sua validade até meados do século XVIII, possuindo, segundo esse historiador, as seguintes características:

o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; o direito legislativo da coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicos locais; os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer

mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real. (2001, p. 166-167)

Essas ideias foram originalmente desenvolvidas no livro ‘As vésperas do Leviathan: instituições e poder político (Portugal – séc XVII) (Hespanha, 1994). Recorremos ainda a esse historiador para tratar das categorias de poder absoluto e centralização atribuídas ao Estado português monárquico, para reiterar que teria sido atribuído erroneamente a existência de uma monarquia precocemente centralizada. Com efeito, conforme frisou Antonio Manuel Hespanha, “a imagem de centralização ainda é mais desajustada quando aplicada ao império ultramarino” (2001, p. 167).

Restaria então tratar, para os interesses que mobilizamos no presente estudo, dois conceitos: soberania fragmentada e monarquias compósitas. A idéia de soberania fragmentada diz respeito, por um lado, à existência dos senados da câmara, das irmandades de caridade e das confrarias laicas em todo território do império marítimo português. Nas palavras de Charles Ralph Boxer:

A Câmara e a Misericórdia [das quais a mais importante era a Santa Casa de Misericórdia] podem ser descritas, apenas com um ligeiro exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa desde o Maranhão até Macau. Garantiam uma continuidade que governadores, bispos e magistrados passageiros não podiam assegurar. Os seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou comparáveis e constituíam, até certo ponto, elites coloniais.(1977, p. 305).

Por seu turno, Fernanda Bicalho alega que caberá entender a soberania fragmentada tanto como podendo ser representada por uma monarquia compósita, quanto mediante a “construção de novos centros – ultramarinos – igualmente detentores de autoridades, por meio de complexos mecanismos de negociação.” (2007, p. 81).

Para finalizar a questão, as acima mencionadas monarquias compósitas (ou estados compósitos) é um conceito que tenta dar conta das:

formações políticas que incluíam diferentes reinos, regiões, povos e tradições sob a soberania de um governante. Essa era a experiência da monarquia hispânica dos Habsburgo, que reunia, sob a soberania de Castela, os reinos de Aragão, Leão, Catalunha, Navarra; mais tarde, Milão, Nápoles, Sicília, Países Baixos e, por último, [ou seja, durante a União Ibérica, 1580-1640] Portugal. (Bicalho, 2007, p. 71)

Essa nova forma de entender o Império construído por portugueses, africanos, ameríndios e asiáticos sugere ter havido atores coloniais que estariam bem longe de terem sido asfixiados pelas engrenagens do Império Português, antes, dela participavam de forma voluntária e ativa, conscientes e ávidos por recolherem as vantagens materializadas pela economia do Don sob a forma de honras e mercês. Ao que nos interessaria de imediato, nessa perspectiva historiográfica, é que súditos coloniais do Império Ultramarino Português recolhiam seus impostos e esperavam que seus direitos tradicionais e costumeiros fossem preservados.

Via-de-regra os motins e revoltas, ocorridos nesse ambiente de Antigo Regime, faziam-se contra os prepostos do Soberano, que julgava-se estarem realizando um

mau governo ‘dos povos’, o que significava aos olhos dos distantes súditos coloniais que ‘traiam ao Rei. Nessas circunstâncias, revoltar-se não tinha nada a ver com qualquer ‘sentimento nativista’, que pudesse denunciar um proto-nacionalismo – como pretendeu uma historiografia tradicional, romântica e nacionalista – e a não existência de sentimentos separatistas seria válida, pelo menos, até data bem mais avançada que os séculos XVII ou mesmo, boa parte do XVIII. E mesmo os conjurados de 1789, compartilhavam muito de uma visão de mundo que se encaixaria mais como barroca do que propriamente moderna, falando em uma ‘restauração’ de antigos direitos e práticas costumeiras. O absenteísmo real podia contar com algumas providenciais vantagens. Nessa lógica era comum em meio a tais insurgências, que fossem ouvidos os gritos de ‘viva o Rei’, e ‘morra o governador’.

Considerações finais

O quadro acima não esgota as possibilidades oferecidas pela benéfica conexão ocorrida entre a historiografia européia e a brasileira. Na verdade, a pretensão foi apenas oferecer um rastreio de alguns nichos mais visíveis ao seu desenvolvimento, e com isso, despertar o interesse de professores que se encontram lecionando nos anos fundamentais de ensino a conhecer os novos paradigmas historiográficos, e com isso, talvez encorajá-los na incorporação de tais contributos teóricos à história escolar.

A urgência de realizar a tarefa de transposição didática, ao que nos parece, não poderá aguardar uma elaboração sob a forma do livro didático, dados os conhecidos interesses econômicos que envolvem esse trabalho, ainda mais quando uma disciplina escolar passa a oferecer lições resgatadas dos tempos pretéritos onde uma ‘nobreza da terra’, localizada na periferia dos domínios portugueses, conseguiu impor-se em suas prerrogativas de súditos reais, fazendo valer muitas vezes, as práticas locais e seus direitos costumeiros. Quando as prerrogativas que invocavam não eram consideradas em seu justo valor, não precisavam necessariamente romper de forma oficial com os prepostos do rei, pois bastava ‘cegar’ os caminhos dos quais se utilizavam governadores e outras autoridades régias. Assim, tais colonos podiam assumir, como fizeram os paulistas no século XVII, a condição de ‘rochela’ impenetrável, até que seus interesses, endossados nas petições de suas câmaras, fossem atendidos.

Quando essas narrativas alcançam e resgatam dos tempos pretéritos a voz de personagens femininas, negros, indígenas, e trabalhadores, recuperando a relevância das ações que a História tradicional sempre lhes negou, passa a ficar mais nítida a necessidade de remediar o sinuoso caminho entre a produção historiográfica de ponta, e o conhecimento escolar.

São inúmeras as possibilidades de utilização dos resultados dessas pesquisas nas escolas, exposição que no entanto, face aos limites auto-impostos para um pequeno artigo, ficará destinada a outro momento.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÉA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.

BICALHO, Maria Fernanda. Dos “Estados nacionais” ao “sentido da colonização”: história moderna e historiografia do Brasil colonial. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 67-87.

BICALHO, Maria Fernanda. Da colônia ao império: um percurso historiográfico. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O Governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 91-105.

BOXER, Charles Ralph. **Relações raciais no Império Colonial Português: 1415-1825**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

_____. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686**. São Paulo: Edusp, 1973.

_____. **O Império Colonial Português**. Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. **A mulher na expansão ultramarina ibérica**. Lisboa: Horizonte, 1977b.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: Del Priore, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FRAGOSO, João; GOUVÉA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Uma leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império**. Penélope. Revista de História e Ciências Sociais, n. 23, 2000, p. 67-88.

FRAGOSO, João; GOUVÉA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. 4 V. 2.ed. Lisboa: Presença, 1987.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Siloegu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político (Portugal – século XVII)**. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÉA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 163-188.

LARA, Sílvia Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português: séculos XVI-XIX**. 2.ed. São Paulo: Alameda, 2005, p.21-38.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)**. São Paulo: Hucitec, 2002.

NOVAIS, Fernando Antonio. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial.